

COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA EMBRAER - COOPEREMB
C.N.P.J. n.º 46.642.294/0001-56

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em Milhares de Reais)

ATIVO		
	31/12/2020	31/12/2019
CIRCULANTE	217.513,98	194.330,49
DISPONIBILIDADES	72,76	188,75
APLICACOES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	4.195,27	-
TITULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	158.581,21	120.242,95
Carteira Própria (Nota 5)	158.581,21	116.216,80
Vinculados a Prestação de Garantias	-	4.026,15
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	1.309,43	25,70
Centralização Financeira – Cooperativas (Nota 4)	1.309,43	25,70
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	49.268,15	71.109,56
Operações de Crédito – Setor Privado (Nota 6)	51.887,05	74.163,45
(-) Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa (Nota 6)	(2.618,90)	(3.052,89)
OUTROS CRÉDITOS	4.065,21	2.741,96
Crédito por Avais e Fianças Honrados	656,76	292,81
Diversos (Nota 7)	3.899,58	2.672,85
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(491,14)	(223,70)
OUTROS VALORES E BENS	21,95	21,57
Despesas Antecipadas	21,95	21,57
NÃO CIRCULANTE	179.768,82	213.795,09
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	156.537,77	195.225,89
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	156.537,77	195.225,89
Operações de Crédito – Setor Privado (Nota 6)	161.053,73	199.195,55
(-) Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa (Nota 6)	(4.515,96)	(3.969,66)
PERMANENTE	23.231,05	18.569,19
INVESTIMENTOS	15.538,66	10.450,18
Outros Investimentos (Nota 8)	15.538,66	10.450,18
IMOBILIZADO DE USO (Nota 9)	7.692,39	8.119,02
Imóveis de Uso	7.251,17	7.251,17
Outras Imobilizações de Uso	2.217,37	2.068,44
(-) Depreciações Acumuladas	(1.776,15)	(1.200,59)
TOTAL DO ATIVO	397.282,80	408.125,57

COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA EMBRAER - COOPEREMB
C.N.P.J. n.º 46.642.294/0001-56

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em Milhares de Reais)

PASSIVO		
	31/12/2020	31/12/2019
CIRCULANTE	84.186,07	68.634,24
DEPÓSITO	60.108,84	56.312,47
Depósitos à Vista (Nota 10)	3.820,79	-
Depósito a Prazo (Nota 10)	56.288,05	56.312,47
RELACOES INTERDEPENDENCIAS	13,52	-
OUTRAS OBRIGAÇÕES	24.063,71	12.321,77
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	0,02	23,01
Sociais e Estatutárias (Nota 11)	16.740,98	6.981,62
Fiscais e Previdenciárias (Nota 12)	933,91	1.641,03
Diversas (Nota 13)	6.388,80	3.676,11
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	313.096,72	339.492,33
Capital Social	262.705,92	294.783,84
De Domiciliados no País (Nota 15)	262.705,92	294.783,84
Reservas de Sobras	38.521,88	32.231,16
Reserva Legal (Nota 16)	32.519,98	26.976,96
Reserva para Expansão (Nota 17)	6.001,89	5.254,20
Sobras Acumuladas (Nota 14)	11.868,93	12.477,34
TOTAL DO PASSIVO	397.282,80	408.125,57

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA EMBRAER - COOPEREMB
C.N.P.J. n.º 46.642.294/0001-56

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 E PARA O SEMESTRE FINDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em Milhares de Reais)

	Segundo semestre/20	Exercícios	31/12/2020	31/12/2019
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	21.795,09	42.885,52	45.862,07	
Operações de Crédito (Nota 19)	20.028,56	39.581,04	39.414,79	
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários e IFD	1.766,53	3.304,48	6.447,28	
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(2.505,62)	(6.490,64)	(5.529,93)	
Operações de Captação no Mercado (Nota 20)	(508,87)	(1.439,14)	(3.287,77)	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 20)	(1.996,75)	(5.051,50)	(2.242,15)	
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	19.289,47	36.394,88	40.332,14	
OUTRAS RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS	(5.370,58)	(8.492,19)	(4.306,50)	
Receita de Prestação de Serviços	1.031,54	2.087,87	1.901,12	
Rendas de Tarifas Bancárias	1,43	10,19	35,10	
Despesas de Pessoal (Nota 21)	(3.215,52)	(6.005,86)	(4.224,55)	
Outras Despesas Administrativas	(2.081,67)	(4.127,24)	(4.202,98)	
Despesas Tributárias	(67,70)	(156,80)	(167,35)	
Outras Receitas Operacionais (Nota 22)	955,77	1.774,89	2.802,21	
Outras Despesas Operacionais (Nota 23)	(1.994,42)	(2.075,23)	(450,05)	
RESULTADO OPERACIONAL	13.918,89	27.902,69	36.025,64	
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	8,95	9,55	(3,84)	
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE SOBRAS E PARTICIPAÇÕES	13.927,84	27.912,24	36.021,81	
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	-	(228,16)	
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NAS SOBRAS	(85,06)	(150,85)	(123,98)	
SOBRAS DO PERÍODO - ANTES DO JCP, FATES E RESERVA LEGAL	13.842,78	27.761,39	35.669,66	
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO – JCP (Nota 18)	(8.238,47)	(8.243,75)	(16.845,12)	
FATES - FUNDOS DE RESERVAS - OUTROS FUNDOS	(7.912,62)	(7.912,62)	(6.588,59)	
SOBRAS LÍQUIDAS DO SEMESTRE E EXERCÍCIOS	(2.308,32)	11.605,02	12.235,95	
SOBRAS POR COTAS: R\$	0,02	0,07	0,06	

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA EMBRAER - COOPEREMB
C.N.P.J. n.º 46.642.294/0001-56

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 E PARA O SEMESTRE FINDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em Milhares de Reais)

	Segundo	Exercícios	
	semestre/20	31/12/2020	31/12/2019
Sobras ou Perdas Líquidas	(2.308,32)	11.605,02	12.235,95
Outros Resultados Abrangentes	241,39	263,90	241,39
(+) Realização da reserva de expansão (Nota 17)	241,39	241,39	241,39
(+) Incorporação de Sobras - CREDIAÇOS	-	22,52	-
Total dos Resultados Abrangentes	(2.066,93)	11.868,93	12.477,34

COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA EMBRAER - COOPEREMB
C.N.P.J. n.º 46.642.294/0001-56

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 E PARA O SEMESTRE FINDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em Milhares de Reais)

EVENTOS	CAPITAL		RESERVA DE SOBRAS		SOBRAS ACUMULADAS	TOTAL
	REALIZADO	A REALIZAR	LEGAL	EXPANSÃO		
Saldos em 01.01.2019	280.710,83	-	23.212,05	4.554,36	14.492,38	322.969,63
Incorporação das Sobras ao Capital	14.492,48	-	-	-	(14.492,38)	0,10
Resgate das Sobras	(13.721,24)	-	-	-	-	(13.721,24)
Realização da Reserva de Expansão	-	-	-	(241,39)	241,39	-
Integralização de Capital	23.369,20	-	-	-	-	23.369,20
Devolução de Capital	(26.185,08)	-	-	-	-	(26.185,08)
Sobras do Exercício	-	-	-	-	35.669,66	35.669,66
Juros ao Capital	16.845,12	-	-	-	(16.845,12)	-
IRRF sobre Juros ao Capital	(727,48)	-	-	-	-	(727,48)
Destinações:						
F.A.T.E.S.	-	-	-	-	(1.882,45)	(1.882,45)
Reserva de Expansão	-	-	-	941,23	(941,23)	-
Reserva Legal	-	-	3.764,91	-	(3.764,91)	-
SALDOS EM 31.12.2019	294.783,84	-	26.976,96	5.254,20	12.477,34	339.492,33
MUTAÇÕES DO PERÍODO	14.073,00	-	3.764,91	699,84	(2.015,05)	16.522,70
Saldos em 01.01.2020	294.783,84	-	26.976,96	5.254,20	12.477,34	339.492,33
Incorporação das Sobras ao Capital	12.477,34	-	-	-	(12.477,34)	-
Resgate das Sobras	(11.878,92)	-	-	-	-	(11.878,92)
Realização da Reserva de Expansão	-	-	-	(241,39)	241,39	-
Integralização de Capital	45.278,87	(23,56)	-	-	-	45.255,31
Devolução de Capital	(85.163,15)	-	-	-	-	(85.163,15)
Incorporação CREDIAÇOS	-	-	597,64	-	22,52	620,15
Sobras do Exercício	-	-	-	-	27.761,39	27.761,39
Juros ao Capital	7.338,18	-	-	-	(8.243,75)	(905,56)
IRRF sobre Juros ao Capital	(106,67)	-	-	-	-	(106,67)
Destinações:						
F.A.T.E.S.	-	-	-	-	(1.978,15)	(1.978,15)
Reserva de Expansão	-	-	-	989,08	(989,08)	-
Reserva Legal	-	-	4.945,39	-	(4.945,39)	-
SALDOS EM 31.12.2020	262.729,48	(23,56)	32.519,98	6.001,89	11.868,93	313.096,72
MUTAÇÕES DO PERÍODO	(32.054,36)	(23,56)	5.543,02	747,69	(608,41)	(26.395,61)
Saldos em 01.07.2020	296.283,66	(16,55)	27.574,59	5.254,20	13.935,86	343.031,77
Integralização de Capital	24.577,78	(7,01)	-	-	-	24.570,77
Devolução de Capital	(65.358,20)	-	-	-	-	(65.358,20)
Realização da Reserva de Expansão	-	-	-	(241,39)	241,39	-
Sobras do Semestre	-	-	-	-	13.842,78	13.842,78
Juros ao Capital	7.332,91	-	-	-	(8.238,47)	(905,56)
IRRF sobre Juros ao Capital	(106,67)	-	-	-	-	(106,67)
Destinações:						
F.A.T.E.S.	-	-	-	-	(1.978,15)	(1.978,15)
Reserva de Expansão	-	-	-	989,08	(989,08)	-
Reserva Legal	-	-	4.945,39	-	(4.945,39)	-
SALDOS EM 31.12.2020	262.729,48	(23,56)	32.519,98	6.001,89	11.868,93	313.096,72
MUTAÇÕES DO PERÍODO	(33.554,18)	(7,01)	4.945,39	747,69	(2.066,93)	(29.935,05)

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA EMBRAER - COOPEREMB
C.N.P.J. n.º 46.642.294/0001-56

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 E PARA O SEMESTRE FINDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em Milhares de Reais)

	Exercícios		
	Segundo semestre/20	31/12/2020	31/12/2019
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Sobras do Semestre / Exercício	13.842,78	27.761,39	35.669,66
Ajustes por:			
Despesas de Depreciação	265,92	582,55	515,47
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(48,62)	112,31	848,94
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	117,28	267,44	62,67
(Aumento) Diminuição em Ativos Operacionais			
TVM Vinculados a Prestação de Garantias	4.154,10	4.026,15	(228,94)
Operações de Crédito	54.484,81	60.418,22	(13.045,33)
Outros Créditos	(943,71)	(1.590,69)	(159,75)
Outros Valores e Bens	(13,68)	(0,38)	(19,28)
Aumento (Diminuição) em Passivos Operacionais			
Depósitos	7.773,93	3.796,37	(3.010,96)
Relações Interdependências	10,59	13,52	
Outras Obrigações	4.294,91	11.741,94	(2.173,15)
<u>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</u>	83.938,32	107.128,82	18.459,33
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos			
Aquisição de Ativo Investimento	(4.182,93)	(5.088,49)	(2.896,30)
Baixa de Investimentos		-	-
Aquisição de Ativo Imobilizado	(24,74)	(155,92)	(349,34)
Incorporação de reserva legal – Crediaços	-	597,64	-
Incorporação de sobras - Crediaços	-	22,52	-
Baixa de Ativo Imobilizado	-	-	4,30
<u>Caixa líquido usado nas atividades de investimentos</u>	(4.207,67)	(4.624,25)	(3.241,34)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamentos			
Aumento por Novos Aportes de Capital	24.570,77	45.255,31	23.369,00
Devolução de Capital a Cooperados	(65.358,20)	(85.163,15)	(26.185,00)
Estorno de capital		-	-
Imposto de Renda - Juros sobre o Capital Próprio	(106,67)	(106,67)	(727,48)
Juros sobre o Capital Próprio (ex-associados)	(905,56)	(905,56)	-
Sobras Distribuídas	-	(11.878,92)	(13.721,14)
Destinação das sobras ao FATES	(1.978,15)	(1.978,15)	(1.882,45)
<u>Caixa líquido usado nas atividades de financiamento</u>	(43.777,82)	(54.777,15)	(19.147,08)
Aumento/ (Diminuição) líquido de caixa e equivalentes de caixa	35.952,83	47.727,42	(3.928,97)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período (Nota 14)	128.205,83	116.431,25	120.360,22
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período (Nota 14)	164.158,67	164.158,67	116.431,25
	35.952,83	47.727,42	(3.928,97)

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA EMBRAER - COOPEREMB
C.N.P.J. n.º 46.642.294/0001-56

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em Milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA EMBRAER - COOPEREMB, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 17/10/1992, filiada à CENTRAL COOPERATIVAS CRÉDITO ESTADO DE SÃO PAULO – SICOOB CENTRAL CECRESP e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

A COOPEREMB, sediada à situada à Rua Avião Paulistinha, nº 399, Jardim Souto, São José dos Campos – SP, CEP 12.227-08, possui 9 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - SP, GAVIÃO PEIXOTO - SP, BOTUCATU - SP, TAUBATÉ - SP, GUARATINGUETÁ - SP, PINDAMONHANGABA - SP.

O COOPEREMB tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

1.1 Situação especial

Em 2020, a COOPEREMB, com o objetivo de ampliar o atendimento aos seus associados, possibilitando o aumento do Patrimônio Líquido e do limite para operações, garantindo assim, um novo posicionamento no mercado, promoveu a incorporação da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos funcionários da Gerdau S/A unidade Pindamonhangaba – Crediaços inscrita no CNPJ nº 60.219.045/0001-83, que foi devidamente aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária Conjunta realizada em 12 de fevereiro de 2020 e homologada pelo Banco Central do Brasil – BACEN conforme processo nº Z9984250.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 08/02/2021.

A elaboração dessas demonstrações contábeis requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de certos valores que sejam registrados por estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, os títulos mobiliários avaliados pelo valor de mercado, as provisões para indenizações e provisões de perdas em geral. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Cooperativa revisa essas estimativas e premissas

periodicamente.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação

a) Mudanças em vigor

O Banco Central emitiu a Resolução CMN n° 4.720, de 30 de maio de 2019, Resolução CMN n° 4.818 de 29 de maio de 2020, Circular n° 3.959 de 4 de setembro de 2019 e Resolução BCB n° 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos que devem ser levados na elaboração das demonstrações financeiras em 2020.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelo órgão regulador, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN 4.817, de 29 de maio de 2020 (em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022): A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

2.2 Continuidade dos Negócios e efeitos da pandemia de COVID-19 “Novo Coronavírus”

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, identificados indícios de baixo impacto, onde por questões da pandemia não foi possível a atualização dos depósitos judiciais do segundo semestre de 2020 (vide nota 7). A COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA EMBRAER– COOPEREMB, em conjunto com seus associados, colaboradores e a comunidade, adota medidas que evitem a propagação do Novo Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da sua missão.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a - Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b - Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c - Caixa e equivalentes de caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição

d - Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

Estão registrados ao custo, acrescidos dos rendimentos incorridos até o encerramento do balanço, conforme descrito na nota 4.

f - Operações de Crédito – Empréstimos e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

f1 – Operações de Crédito – Empréstimos e Financiamentos

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

f2 – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

g - Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

h - Investimentos

Estão registrados nesta conta os aportes de capital efetuados no Sicoob Central Cecresp para sua capitalização e ações do Bancoob, conforme divulgado na nota 8.

i - Imobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

j - Demais ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

k - Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2020 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

l - Depósitos

Referem-se unicamente às operações de captação de depósitos à vista e a prazo praticadas pela Cooperativa junto ao quadro social, cujos saldos de operações de depósitos a prazo estão acrescidos de encargos incorridos até a data do balanço, divulgados na nota 10.

m - Sociais e Estatutárias

Constituídas pela provisão para participação dos funcionários nas sobras, pelo Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social– FATES e por cotas de capital de ex-associados, desligados do quadro social da Cooperativa, cuja devolução é realizada conforme disposições estatutárias.

n - Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

o - Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

p - Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

q - Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

r - Demais passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

s - Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

t - Patrimônio Líquido

É formado exclusivamente pelo capital acumulado dos cooperados, pela reserva legal e de expansão e sobras do exercício.

u - Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2020.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa consistem em numerário disponível na Cooperativa, saldos em poder de bancos, aplicações financeiras de curto prazo e/ou liquidez imediata e depósitos centralizados no Sicoob Central Cecresp, conforme abaixo:

	R\$ MIL	
	31/12/2020	31/12/2019
	164.159	116.431
Disponibilidades	73	189
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.195	116.217
Títulos e Valores Mobiliários Livres	158.581	-
Centralização Financeira - Cooperativa	1.309	26

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

	R\$ MIL	
	31/12/2020	31/12/2019
	158.581	120.243
Carteira Própria	158.581	120.243
Depósitos em RDC no Sicoob Central Cecresp	116.846	95.018
Cotas de Fundos de Investimentos - Banco Safra	21.529	21.199
Cotas de Fundos de Investimentos - Sicoob	20.206	-
Vinculados a Prestação de Garantias	-	4.026

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO – EMPRÉSTIMOS E PROVISÃO PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

6.1. Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

	R\$ Mil			% da carteira
	Empréstimos	Financiamentos	31/12/2020	
Pessoas Físicas	207.835	5.101	212.936	100,00%
Setor Privado - Associação	5	0	5	0,00%
Total	207.840	5.101	212.941	100,00%

6.2. Composição por vencimento das Operações de Crédito

	31/12/2020		31/12/2019	
	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%
Vencidos	1.443,92	0,68%	3.157,93	1,16%
De 1 a 60 dias	517,95	0,24%	1.038,51	0,38%
De 61 a 180 dias	527,33	0,25%	1.262,86	0,46%
De 181 a 360 dias	392,39	0,18%	479,06	0,18%
Acima de 360 dias	6,25	0,00%	377,50	0,14%
				0,00%
A Vencer	211.496,86	99,32%	270.201,07	98,84%
Até 180 dias	24.259,43	11,39%	34.254,33	12,53%
De 181 a 360 dias	26.183,71	12,30%	36.751,18	13,44%
Acima de 360 dias	161.053,73	75,63%	199.195,55	72,87%
Total	212.940,78	100,00%	273.359,00	100,00%

6.3. Classificação das Operações de Crédito por Níveis de Risco

Nível / Percentual de Risco	Ativo Circulante				Ativo Não Circulante				Total em 31/12/2019	Provisões em 31/12/2019
	Empréstimo / TD	Financiamentos	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020	Empréstimo / TD	Financiamentos	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020		
AA -	631	-	631	-	2.689	-	2.689	(6)	-	-
A 0,50%	29.663	643	30.306	(152)	79.789	1.129	80.919	(408)	206.074	(1.030)
B 1%	8.547	419	8.966	(90)	37.522	864	38.386	(400)	34.187	(342)
C 3%	7.084	391	7.475	(224)	30.452	838	31.290	(952)	21.844	(655)
D 10%	1.370	189	1.558	(156)	2.998	380	3.378	(324)	3.600	(360)
E 30%	867	44	911	(273)	1.841	80	1.921	(561)	2.813	(844)
F 50%	410	12	421	(211)	807	18	826	(427)	1.402	(701)
G 70%	338	12	350	(245)	579	34	613	(438)	1.162	(813)
H 100%	1.255	14	1.269	(1.269)	1.000	33	1.033	(1.168)	2.277	(2.277)
Total Geral	50.163	1.724	51.887	(2.619)	157.677	3.377	161.054	(4.683)	273.359	(7.023)
Provisões	(2.539)	(80)	(2.619)		(4.349)	(167)	(4.516)		(7.023)	
Total Líquido	47.624	1.644	49.268		153.328	3.210	156.538		266.336	

6.4. Movimentação de Créditos Baixados como Prejuízo

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	8.198	8.217
Valor das operações transferidas no período	15.220	1.390
Valor das operações recuperadas no período	(10.269)	(1.409)
TOTAL	13.149	8.198

6.5. Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa de Operações de Crédito

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	7.023	6.174
Constituições	25.441	4.990
Reversões	(25.329)	(1.956)
TOTAL	7.135	7.023

6.6. Concentração dos principais devedores

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total
Maior Devedor	260	0,00%
10 Maiores Devedores	1.686	1,00%
50 Maiores Devedores	6.619	3,00%

	R\$ MIL	
	31/12/2020	31/12/2019
7. OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS	4.065	2.742
Avais e Fianças Honrados (a)	657	293
Adiantamentos e Antecipações	438	2
Impostos e Contribuições a Compensar	176	40
Devedores por Depósitos em Garantia (b)	2.225	2.177
Devedores Diversos	1.061	454
Provisão para Outros Créditos - Com característica de concessão	(491)	(224)

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados refere-se por operações oriundas de cartões de crédito vencidos de associados da cooperativa cedidos pelo Bancoob, em virtude de coobrigação contratual.

(b) trata-se de depósito judicial constituído em 20/03/2017 em garantia de tributos questionados judicialmente (PIS/COFINS). Devido ao agravamento das medidas de restrição impostas pela Prefeitura do Município de São José dos Campos em razão da pandemia do COVID-19, não foi possível obter o extrato dos depósitos com posicionamento em 31/12/2020 para fins de atualização contábil. A última atualização realizada se reporta a julho/2020 sendo que no primeiro semestre de 2020 foi reconhecido o montante de R\$ 21.540,77. Historicamente os valores de atualização não se mostram expressivos e tão logo a situação se normalize o saldo será atualizado.

	R\$ MIL	
	31/12/2020	31/12/2019
8. INVESTIMENTOS	15.539	10.450
Ações e Cotas	15.539	10.450
Participação em Cooperativa Central de Crédito	15.527	10.441
Ações do Bancoob	12	9

9. IMOBILIZADO DE USO

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2020	31/12/2019
Benfeitorias em Imóveis De Terceiros	21%	468	462
Outros – imobilização em curso	-	12	-
Móveis e equipamentos	10%	1.656	1.526
Veículos	20%	81	81

Imóveis de uso – Terrenos/edificações	4%	7.251	7.251
(-) Depreciação acumulada.		(1.776)	(1.202)
TOTAL		7.692	8.118

10. DEPÓSITOS

Depósitos à Vista
Sem Certificação
Depósitos a Prazo – RDC

R\$ MIL	
31/12/2020	31/12/2019
60.109	56.312
3.821	-
56.288	56.312
56.288	56.312

São compostos por valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total
Maior Depositante	1.122	2,00%
10 Maiores Depositantes	6.916	12,00%
50 Maiores Depositantes	19.665	33,00%

11. SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS

Provisão para Participações nas sobras FATES
Resultado com Atos Cooperativos
Resultado com Atos Não Cooperativos
Cotas de Capital a Pagar (a)

R\$ MIL	
31/12/2020	31/12/2019
16.741	6.981
138	127
7.188	6.854
6.949	6.854
238	-
9.415	-

(a) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

12. FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

Provisão para Impostos e Contribuições
Impostos e Contribuições sobre Serviços de Terceiros
Impostos e Contribuições sobre Salários
Outros Impostos e Contribuições a Recolher
Provisão para Riscos Fiscais

R\$ MIL	
31/12/2020	31/12/2019
934	1.641
0	157
10	14
146	94
778	1.376
-	-

13. OUTRAS OBRIGAÇÕES – DIVERSAS

Cheques Administrativos
Obrigação p/ aquisição de bens e direitos
Provisão para Pagamentos a Efetuar
Provisão para Despesas com Pessoal
Provisão para Despesas Administrativas
Provisão para Outros Pagamentos

R\$ MIL	
31/12/2020	31/12/2019
6.388	3.676
1	
16	139
602	423
398	219
204	20
0	184

Provisão para Passivos Contingentes	2.808	2.687
Provisão para Riscos Fiscais (a)	2.486	2.469
Provisão para Outras Contingências (b)	322	218
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (c)	149	139
Credores Diversos – País	2.812	288

- (a) Corresponde à provisão constituída em decorrência de processo judicial que tramita na esfera tributária relativo ao questionamento da exigibilidade do PIS e COFINS sobre rendas de atos cooperativos. Referida provisão está fundamentada em posicionamento da assessoria jurídica da Cooperativa.
- (b) engloba R\$ 283 mil de provisão para processo judicial movido contra a Sul América Saúde antiga operadora do plano de saúde dos colaboradores e R\$ 39 mil de provisão para obras e reparos por danos causados ao imóvel de fundos com a sede social; e
- (c) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, relacionada ao saldo de cartão de crédito utilizado pelos cooperados.

14. SOBRAS ACUMULADAS

As Sobras Acumuladas estão assim compostas:

	R\$ MIL	
	31/12/2020	31/12/2019
Sobras Acumuladas	12.477	14.492
Distribuição de sobras conforme AGO	(12.477)	(14.492)
Realização da Reserva de Expansão	241	241
Resultado da incorporação – Crediaços	23	
Sobras do Exercício	27.761	35.670
Destinações:		
Juros sobre o Capital Próprio	(8.244)	(16.845)
F.A.T.E.S.	(1.978)	(1.882)
F.A.T.E.S. – Atos não Cooperativos	-	-
Reserva de Expansão	(989)	(941)
Reserva Legal	(4.945)	(3.765)
Sobras à Disposição da Assembleia Geral	11.869	12.477

15. CAPITAL SOCIAL

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Capital Social	262.706	294.784
Associados	16.965	17.795

16. FUNDO DE RESERVA

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 25%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

17. RESERVA PARA EXPANSÃO

Reserva de expansão representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 5%, visando assegurar capital suficiente para os projetos de desenvolvimento da cooperativa ao longo dos anos. Investimento previsto em equipamentos de informática: como a aquisição de softwares e novas tecnologias. Investimentos previstos também em processos e modelos de gestão, capacitação e produtividade, visando melhorar os controles internos, *compliance* e consequentemente o aumento das sobras da Cooperativa. Em 2020 foram destinados R\$ 989 mil (5%) das sobras (resultado abrangente)

para a Reserva de Expansão e realizados R\$ 241 mil da reserva para as Sobras Acumuladas.

18. JUROS AO CAPITAL

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio no valor de R\$ 8.244 mil visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC.

19. RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Descrição	Segundo semestre/20	31/12/2020
Rendas de Empréstimos	18.848	37.769
Rendas de Financiamentos	402	859
Recuperação de Créditos Baixados Como Prejuízo	779	953
TOTAL	20.029	39.581

20. DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

Descrição	Segundo semestre/20	31/12/2020
(-)Despesas De Captação	(509)	(1.439)
(-) Provisões para Operações de Crédito	(4.575)	(23.250)
(-) Provisões para Outros Créditos	(354)	(899)
(-) Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	(107)	(263)
(+) Reversão de Provisão para Operações de Crédito	2.761	18.773
(+) Reversão de Provisão para Outros Créditos	96	405
(+) Reversão de Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	183	182,80
TOTAL	(2.505)	(6.490)

21. DESPESAS DE PESSOAL

Descrição	Segundo semestre/20	31/12/2020
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(58)	(115)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(395)	(757)
Despesas de Pessoal – Benefícios	(915)	(1.655)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(538)	(1.000)
Despesas de Pessoal - Proventos	(1.301)	(2.437)
Despesas de Pessoal - Treinamento	-	(21)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(9)	(21)
TOTAL	(3.216)	(6.006)

22. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Descrição	Segundo semestre/20	31/12/2020
Recuperação de Encargos e Despesas	73	94
Dividendos		1
Deduções e abatimentos	7	7
Atualização depósitos judiciais	13	13
Outras rendas operacionais	324	374
Rendas oriundas de cartões de crédito	539	1.286
TOTAL	956	1.775

23. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Descrição	Segundo semestre/20	31/12/2020
Operações de Crédito - Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(1)	(74)
Outras Despesas Operacionais	(1.992)	(2.000)
Descontos concedidos - operações de crédito	(1)	(1)
TOTAL	(1.994)	(2.075)

24. PARTES RELACIONADAS

PESSOAS FÍSICAS

São pessoas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e os membros próximos das famílias de tais pessoas. As operações são realizadas no contexto normal das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2020:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	422	0,5268%	2
TOTAL	422	0,5268%	2
Montante das Operações Passivas	590	3,4049%	

b) Operações ativas e passivas – saldo em 2020:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	0	-	0,3883%
Empréstimos	444	3	0,2137%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	101	2,6414%	0%
Depósitos a Prazo	2.627	4,6672%	0,1633%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: empréstimos, financiamentos, cheque especial, conta garantida, depósitos à vista e depósito a prazo, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.	Prazo médio (a.m)
Empréstimos e Financiamento	1,1390%	56,6267%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	98,1594% do CDI	163,9125%

(*) Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do conselho da administração ou, quando

delegada formalmente, pela diretoria executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2020	
Empréstimos e Financiamentos	0,5268%
Aplicações Financeiras	3,4049%

25. COOPERATIVA CENTRAL

A COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA EMBRAER - COOPEREMB, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CENTRAL COOPERATIVAS CRÉDITO ESTADO DE SÃO PAULO - SICOOB CENTRAL CECRESP, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL CECRESP, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL CECRESP a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O COOPEREMB responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL CECRESP perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com a SICOOB CENTRAL CECRESP:

TRANSAÇÕES COM A CENTRAL		
Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Ativo Circulante - Relações Interfinanceiras	1.309	26
Ativo Permanente - Investimentos	15.527	10.441

26. GERENCIAMENTO DE RISCO

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

26.1. Risco Operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

26.2. Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição ao risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

26.3. Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

26.4. Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

26.5. Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade.

O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

27. SEGUROS CONTRATADOS – NÃO AUDITADO

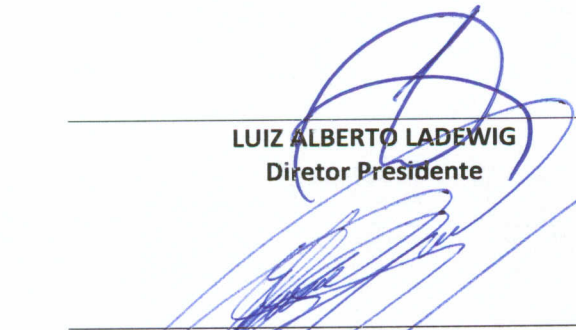
A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

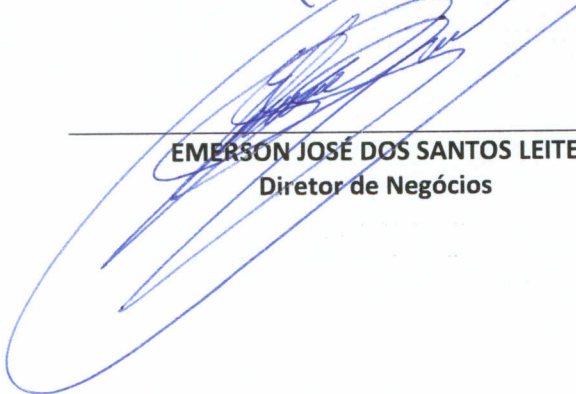
28. PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

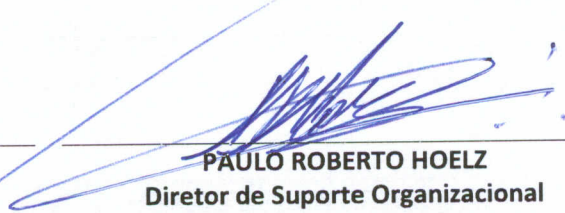
É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
Cíveis	322	-	218	
Fiscais	2.486	2.160	2.469	2.126
TOTAL	2.808	2.160	2.687	2.126

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS-SP, 08 de fevereiro de 2021


LUIZ ALBERTO LADEWIG
Diretor Presidente


EMERSON JOSÉ DOS SANTOS LEITE
Diretor de Negócios


PAULO ROBERTO HOELZ
Diretor de Suporte Organizacional

VERONICA CRISTINA
BUENO
RONCATO:39107551860

Assinado de forma digital por
VERONICA CRISTINA BUENO
RONCATO:39107551860
Dados: 2021.02.22 16:27:27 -03'00'

Veronica Bueno Cristina Roncato
Contadora CRC 1SP 293772/O-3